

O ESTILO DIRETO CORROBORANDO O ESTILO INDIRETO NO GÊNERO RESENHA ACADÊMICA: ESTRATÉGIA SEMÂNTICO-ARGUMENTATIVA

Maria Vanice Lacerda de Melo Barbosa (UFPB/Proling / FAFIC / FASP)

vanice09@hotmail.com

Erivaldo Pereira do Nascimento (UFPB/Proling)

erivaldo@ccae.ufpb.br

Introdução

O locutor, responsável por um texto, pode colocar em cena, em seu discurso, a voz do outro, seja para fortalecer a sua voz, seja para refutar o que disse o outro, seja para fundamentar asserções. Isso se dá, entre outras formas, com a utilização das palavras alheias, em forma de narrativa precisa e fiel, respeitando-se, inclusive, toda a estrutura linguística verbal. O discurso relatado em estilo direto, nesse sentido, é um fenômeno discursivo que funciona como uma maneira de o locutor fundamentar o seu discurso e, conseqüentemente, imprimir efeitos de sentido e orientações conclusivas.

Este trabalho é um estudo investigativo que tem como fim maior analisar o relato em estilo direto corroborando o relato em estilo indireto, fenômeno discursivo polifônico muito recorrente nas resenhas acadêmicas.

Para as discussões teóricas, utilizamos as abordagens de Ducrot (1987, 1988), quando trata da polifonia de locutores, Bakhtin (2006[1979], 2010[1997]), Marcuschi (2008) e Nascimento (2009). O *corpus* é constituído de quatro resenhas, coletadas em duas edições do *Jornal de Resenhas* – número 1, mar. 2009 e número 11, nov. 2012. Trata-se de uma investigação qualitativa de caráter descritivo e interpretativista, que adota os procedimentos analíticos do projeto “Estudos Semântico-Argumentativos de Gêneros do Discurso: gêneros acadêmicos e gêneros formulaicos (ESAGD)”, ao qual se vincula.

Este estudo é um recorte de uma pesquisa de doutorado, que está sendo desenvolvida no Proling/UFPB, no Laboratório Semântico-Pragmático de Textos (LASPRAT). O gênero resenha, nesta investigação, é visto como uma ferramenta de interação verbal através da qual um locutor resume, elogia, critica e avalia as mais diversas produções culturais ou acadêmicas.

Relativamente à estrutura textual deste artigo, convém explicitar que a mesma está dividida em seções. Na primeira, discutiremos acerca do estudo polifônico da enunciação, com o foco nas origens dos estudos polifônicos, bem como na descrição dos sujeitos do discurso. Na segunda seção, discorreremos sobre a polifonia de locutores, com destaque para o relato em estilo direto e relato em estilo indireto. Na terceira, apresentamos os aspectos metodológicos e as análises dos dados, cujos resultados serão discutidos nas considerações finais.

1. O estudo polifônico da enunciação

Em sociedade, os sujeitos vivem em meio a uma múltipla variedade de textos, sejam falados ou escritos. Assim, decorre que leem, ouvem observam, apreendem e interiorizam as vozes do outro, presentes na constituição desses textos. Naturalmente, essas vozes são introduzidas na fala, ou seja, um locutor produz enunciados¹, interage, provoca

¹ Enunciado, neste estudo, é definido como sendo a realidade empírica da frase: “[...] el enunciado es una realidad empírica, es lo que podemos observar cuando escuchamos hablar a la gente” (DUCROT, 1988, p. 53).

ações no(s) interlocutor(es) retomando as palavras alheias e entrelaçando-as às suas vozes, fazendo surgir um único texto². Isso significa dizer que, no discurso³, faz-se ouvir diversas “vozes”, faz-se ouvir as vozes do(s) outro(s).

Por ocasião desse acontecimento, as nossas palavras são passadas de “boca em boca”, ora conservando o mesmo tom, o mesmo conteúdo, ora expressas a partir de construções em que ocorre a fusão com as palavras do falante.

Não usamos a(s) palavra(s) do outro sem que caibam nos fins comunicativos que fazemos acontecer. As palavras do outro e as minhas palavras constituem o meu discurso, impresso de orientações conclusivas.

O nosso discurso da vida prática está cheio de palavras de outros. Com algumas delas, fundimos inteiramente, a nossa voz, esquecendo-nos de quem são; com outras reforçamos as nossas próprias palavras, aceitando aquelas como autorizadas para nós; por último, revestimos terceiras das nossas próprias intenções, que são estranhas e hostis a elas. (BAKHTIN, 2010[1997], p. 223)

Nesse sentido, Bakhtin propõe que o discurso se materializa através da interação entre dois interlocutores ou mais, inseridos no contexto discursivo em que as palavras de um e de outro se encontram, se completam, se confundem e, por vezes, podem, inclusive, se chocar.

Todas as formulações, aqui descritas, enfocam a pluralidade enunciativa. Esta, também concebida como pluralidade de vozes, foi muito discutida por dois autores: Mikhail Bakhtin, teórico russo e Oswald Ducrot, linguista francês. Estes autores refutam a ideia da unicidade do sujeito, ao postularem que o discurso é constituído de vozes que se entrecruzam.

Mikhail Bakhtin, ao analisar os romances de Dostoiévski, é quem dá origem aos estudos polifônicos, quando traz o termo “polifonia” para designar um tipo de composição musical em que diversas vozes se apresentam de forma independente. A polifonia constitui, assim, o caráter basilar dos romances de Dostoiévski, “o criador do romance polifônico” (BAKHTIN, 2010, p. 5).

O teórico russo, em sua obra, “Problemas da poética de Dostoiévski” (2010), coteja dois tipos de discurso: o discurso bivocal e o monovocal. Nessa perspectiva, segundo o estudioso, existem dois tipos de literatura: a literatura monológica – não polifônica –, em que se evidencia uma única voz (discurso monovocal) e a literatura polifônica, onde a voz do outro é identificada, mas não se funde com a voz do autor (discurso bivocal).

Nas obras polifônicas, conforme Bakhtin (2010), as várias vozes que as constituem se apresentam de forma explicitada, ou seja, as vozes de outrem se deixam perceber. Logo, os textos polifônicos caracterizam-se por serem constituídos de vozes que não se disfarçam, de vozes explícitas e distintas e, nesse caso, a evocação dos conteúdos é clara e simultânea; as vozes não se sobrepõem, apenas se acrescem com o objetivo de constituir o sentido do enunciado. “*A multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis e a autêntica polifonia de vozes plenivalentes constituem, de fato, a peculiaridade fundamental dos romances de Dostoiévski*” (BAKHTIN, 2010, p. 4 – destaque do autor). Propõe-se, assim, que, na literatura polifônica, as vozes do herói, do narrador ou de uma das personagens não se subordinam, não se misturam, pois todos são sujeitos do discurso e, conseqüentemente, as

A frase, por sua vez, funciona como a contrapartida para a realização do enunciado, ou seja, a frase é uma entidade teórica responsável pela construção dos mais variados enunciados.

² Compreende-se o texto como uma unidade de comunicação de sentido(s), para fins comunicativos. Ducrot (1987, p. 167), define texto como “um discurso que se supõe ser objeto de uma única escolha, e cujo fim, por exemplo, já é previsto pelo autor no momento em que redige o começo [...]”.

³ Discurso é a materialização do texto. Logo o texto antecede e realiza o discurso que é um fenômeno observável constituído de uma sequência linear de enunciados (Cf. DUCROT, 1987, p. 164).

suas vozes são plenevalentes, possuem “independência excepcional na estrutura da obra” (Ibidem, p. 5).

A partir da noção bakhtiniana de polifonia, o linguista francês, Oswald Ducrot, principiou o desenvolvimento de uma teoria polifônica da enunciação. Porém, muito diferentemente de Mikhail Bakhtin, que usou a polifonia para estudos literários, Ducrot (1987, 1988) desenvolveu uma teoria polifônica da enunciação, no campo da Linguística, ancorado na ideia de que em um único enunciado podem haver vários sujeitos que podem ser identificados através dos recursos linguísticos presentes no próprio enunciado, na significação da frase. A partir de então, este autor adota o ponto de vista de que todo texto é polifônico; que o sujeito da enunciação não é único.

Segundo Ducrot (1987, 1988), a origem da enunciação pode ser única, mas a enunciação é realizada tendo em vista vários sujeitos. Em outros termos, dizemos que a enunciação pode proceder de um único sujeito, mas o acontecimento enunciativo (a enunciação) põe em cena vários sujeitos. “O termo *polifonia* designa o fenômeno pelo qual, num mesmo texto, se fazem ouvir ‘vozes’ *que falam de perspectivas* ou pontos de vista diferentes com os quais o locutor se identifica ou não.” (KOCH, 2006, p. 63, grifos da autora). Logo, em todo discurso sempre há diferentes vozes, quer sejam assimiladas ou não pelo locutor que se apresenta como responsável por este discurso. Vejamos um exemplo:

(1) *O jovem me disse: eu estou feliz.*

No enunciado (1), embora a enunciação proceda de um único sujeito, observamos a existência de duas vozes. O locutor, responsável por todo o enunciado, põe em cena um segundo locutor, que é responsável pelo segmento “eu estou feliz”. Logo, no enunciado (1) se fazem ouvir duas vozes distintas, referentes a dois seres diferentes, identificados pelas duas marcas de primeira pessoa: *me* (locutor responsável pelo enunciado como um todo) e *eu* (locutor responsável pelo segundo segmento: eu estou feliz). Como se observa, “é possível que uma parte de um enunciado imputado globalmente a um primeiro locutor seja, entretanto, imputado a um segundo locutor [...]” (DUCROT, 1987, p. 185).

Segundo Carel (2011), a polifonia de Bakhtin é um fenômeno que está associado à alusão a vários conteúdos em um único enunciado, e a polifonia de Ducrot é um fenômeno que se refere à existência de diversos recursos enunciantes no interior da enunciação. Esta autora, ao se referir a essas “duas famílias” da polifonia, liga o nome de Bakhtin à “polifonia intertextual” e o nome de Ducrot à “polifonia semântica”. Assim sob essas concepções, a referida autora aponta a distinção entre “polifonia semântica” e “polifonia intertextual”:

Elas se distinguem, por outro lado, pela maneira como o conteúdo suplementar é evocado e pela posição do locutor em relação a esse conteúdo. Quando a polifonia é semântica, a alusão a vários conteúdos é prefigurada na significação da frase enunciada e o locutor toma posição em relação a esses conteúdos; quando a polifonia é intertextual, a alusão a vários conteúdos decorre do fato de que o conjunto de palavras faz alusão a um conjunto passado, e o locutor toma somente posição em relação ao conteúdo proposicional do conjunto novo. (CAREL, 2011, p. 28)

A polifonia, tratada por Ducrot, leva em consideração que em nossos discursos há uma pluralidade de sujeitos. Assim, devemos distinguir os vários sujeitos presentes no texto. Para este autor, há um locutor enquanto tal (L), o sujeito empírico (SE) e o enunciador (E).

O **locutor** (L) é o sujeito responsável pela ocorrência do enunciado: “*llamo locutor L a la persona presentada como responsable del enunciado*” (DUCROT, 1988, p. 66). Esse locutor, segundo Ducrot (1987, p. 188), divide-se em dois seres do discurso, ambos

constituídos no sentido do enunciado: “o ‘locutor enquanto tal’ (por abreviação ‘L’) e o locutor enquanto ser do mundo (‘λ’)”. A partir dessa divisão, Ducrot (op. cit.) sublinha o caráter do “locutor enquanto tal”, ao postular que “L é o responsável pela enunciação, considerado unicamente enquanto tendo esta propriedade”. Nesse sentido, L, tendo tão somente a ação de realizar o ato da enunciação, pode ser, inclusive, um ser diferente do autor efetivo do enunciado e “λ é uma pessoa ‘completa’ que possui, entre outras propriedades, a de ser a origem do enunciado [...]” (DUCROT, 1987, p. 188).

O **sujeito empírico** (SE) trata-se daquele responsável pela produção do enunciado: “el productor del enunciado es el *sujeito empírico*” (DUCROT, 1988, p. 66). A tarefa de determinar quem é o autor efetivo do enunciado, segundo Ducrot (1988), não é fácil. Porém, identificar o sujeito empírico e as condições externas à construção do enunciado não é objetivo do linguista semanticista. Este não está interessado em saber quem, de fato, produziu o enunciado. O que, na verdade, interessa ao semanticista é o sentido do enunciado.

O sujeito empírico de um enunciado pode ser o próprio locutor (L), poder ser outro ser distinto do locutor, passivo ou não de identificação. Quando um juramentista, durante um ato de uma colação de grau, por exemplo, profere o juramento, ele está apenas realizando a enunciação de um enunciado que não foi produzido, necessariamente, por ele. Acontece que lhe entregaram um texto já elaborado para que ele fizesse a ação de proferi-lo na posição de locutor. Não há dúvida de que não foi ele o autor do texto, visto que se trata de um texto repetido, há muito, durante as solenidades de formatura dos mais diversos cursos superiores. Quem produziu o juramento? Fica, portanto, em muitos casos, difícil de identificar o sujeito empírico de um enunciado.

Os **enunciadores** (E), por sua vez, são os responsáveis pelos pontos de vista da enunciação, ou seja, não são responsáveis nem produtores reais do enunciado: “el enunciador no es ni el presunto responsable ni el productor real del enunciado, es el responsable de los puntos de vista presentados en el enunciado” (Ibid., p.66).

Importante destacar que, para Ducrot, o autor do enunciado é um “ser que não deve ser levado em conta por uma descrição lingüística preocupada somente com indicações semânticas contidas no enunciado.” (1987, p. 162). Adotando-se este ponto de vista, constatamos que há dois sujeitos relevantes na Teoria Polifônica: o Locutor (L) e o Enunciador (E).

Locutor e enunciador são sujeitos distintos, isto é, “os enunciadores não se confundem automaticamente com o locutor.” (DUCROT, 1987, p. 142). O locutor cumpre a tarefa de apresentar o enunciado que fica destinado a manifestar os pontos de vista (os enunciadores). Nas palavras de Ducrot, “o locutor, responsável pelo enunciado, dá existência, através deste, a enunciadores de quem ele organiza os pontos de vista e as atitudes.” (1987, p. 193).

Esses pontos de vista são o cerne das discussões que dão relevo à polifonia de enunciadores⁴, considerada, por Ducrot, uma forma de polifonia. Na seção seguinte abordaremos a outra forma de polifonia sistematizada por Ducrot: a *Polifonia de Locutores*.

2. Polifonia de locutores

Na polifonia de locutores, para Ducrot (1987, 1988), há uma enunciação dupla, isto é, em um enunciado há locutores distintos, que se responsabilizam pelo enunciado e que se subordinam casualmente. Vejamos o seguinte exemplo, através do qual constatamos a presença de dois locutores (L1 e L2):

⁴ Não trataremos, neste estudo, da polifonia de enunciadores, visto que a discussão está centrada no relato em estilo direto, bem como no relato em estilo indireto – recursos indicativos de polifonia de locutores.

(2) *O professor me disse: eu serei pontual.*

Nesse exemplo, o *eu* e o *me* marcam dois locutores em 1ª pessoa. O *me* é atribuído a um locutor responsável pelo discurso e o *eu* é atribuído a outro locutor. Não são dois enunciados sucessivos; é um único enunciado de enunciação dupla. O primeiro L1 = (me) – responsável pelo enunciado como um todo e o segundo L2 = (eu) – a quem se atribui o relato “serei pontual”.

Em um enunciado, é possível perceber uma hierarquia entre locutores. No exemplo (2) há um locutor (L1) que, além de ser responsável pelo enunciado como um todo, põe em cena aquele a quem lhe é atribuída a tarefa de ser o responsável pelo segmento “Eu serei pontual”.

Esta possibilidade de desdobramento é utilizada não somente para dar a conhecer o discurso atribuído a alguém, mas também para produzir um eco imitativo [...] ou para apresentar um discurso imaginário [...]. O mesmo desdobramento do locutor permite ainda a alguém fazer-se o porta-voz de um outro e empregar, no mesmo discurso, *eus* que remetem tanto ao porta-voz, quanto à pessoa da qual é porta-voz. (DUCROT, 1987, p. 185 – grifo do autor).

Na própria terminologia *polifonia de locutores* está intrínseca a ideia de pluralidade de vozes, pluralidade de locutores ou pluralidade de responsáveis presentes no discurso.

Para se identificar a presença de outras vozes em um enunciado, existem determinados recursos indicativos de **polifonia de locutores**. Podemos citar como exemplos: o discurso relatado em estilo direto, as ocorrências colocadas entre aspas, as citações e o arazoado por autoridade (uma das formas de argumentação por autoridade).

No discurso relatado em estilo direto faz-se conhecer as palavras pertencentes ao autor do discurso, ou seja, deixa-se claro para o interlocutor que acontece uma mudança de locutor e que as palavras expressas não são de autoria de quem se apresenta como responsável pelo discurso (que pode admiti-las ou não) e, sim, de outro locutor. Logo, uma das finalidades é indicar que não se está utilizando as suas próprias palavras, mas as de outrem.

O fenômeno concebido como discurso relatado pode ser produzido tanto em relato em estilo direto, onde se devem encontrar, no mínimo, dois locutores distintos, quanto em relato em estilo indireto. Vale salientar que, para Ducrot (1987), apenas o relato em estilo direto é considerado polifonia de locutores. O relato em estilo indireto, apesar de ser um discurso citado, não é considerado, por esse autor, um caso de polifonia de locutores, visto que não apresenta dupla enunciação.

Para Bakhtin (2006, p. 150), “discurso citado é o *discurso no discurso*, a *enunciação na enunciação*, mas é, ao mesmo tempo, um *discurso sobre o discurso*, uma *enunciação sobre a enunciação*.” Essa concepção define bem o discurso relatado, pois, sendo relatado, o discurso torna-se um discurso construído *no* e *sobre* o discurso, uma enunciação *na* e *sobre* a enunciação.

Como já afirmamos, o discurso relatado apresenta-se ora em **relato em estilo direto**, ora em **relato em estilo indireto**. Aquele traz à tona as palavras do outro, em forma de reprodução, ou seja, acontece uma espécie de narração precisa, “fiel” do discurso alheio, respeitando-se, inclusive, a estrutura linguística verbal. Dessa forma, o locutor responsável pelo discurso (L1) traz para o seu discurso palavras de L2, L3, L4 etc., ora se isentando da responsabilidade das palavras empregadas (entre aspas ou com o uso do travessão) em seu discurso, ora se reconhecendo responsável pelo que o outro diz.

No discurso relatado em estilo indireto, por sua vez, as palavras alheias não são reproduzidas nem narradas de maneira fiel (não ocorre uso de aspas nem de travessão), porém

o locutor pode ser identificado no discurso, como sugere Nascimento (2009). Assim sob essa formulação definicional de relato em estilo indireto, dizemos que o locutor (L1) caracteriza-se como porta-voz do discurso alheio, muito embora se possa afirmar que esse discurso, naturalmente, possa a ser o discurso que o próprio locutor adotaria como sendo seu discurso ou, em outros casos, pode também acontecer que o locutor apresente o discurso alheio, em forma de relato indireto, como um rechaço, como uma voz inadmissível.

Ducrot (1987, p. 186) diz que há duas características peculiares referentes ao estilo direto: “a primeira, que ele tem por função informar sobre um discurso efetivamente realizado [*tenu*]. A outra, que ele contém em si mesmo os termos de um discurso suscetível de ser realizado [*tenu*] por um locutor diferente daquele que faz o relato” (grifos do autor). Essa afirmação sugere-nos entender que o discurso, já realizado em outra situação (“efetivamente realizado”), pode ser, por um lado, um discurso investido de poder, seja porque dele se podem extrair conclusões imprescindíveis ao propósito de comunicação, seja porque foi dito por alguém em quem, discursivamente, se credita confiança. No entanto, por outro lado, pode ser um discurso considerado inadmissível.

Relativamente às formulações de Ducrot (1987), a diferença entre relato em estilo direto e relato em estilo indireto está no fato de que naquele a fala é imputada a um locutor, ou seja, o locutor existe. Conquanto, no relato em estilo indireto existe a voz do outro, mas não há, de fato, um segundo locutor, já que para o autor este não é um caso de dupla enunciação. Daí a formulação de Ducrot em afirmar que o relato em estilo indireto não é consagrado como uma forma de polifonia de locutores.

Nascimento (2009), ao estudar a argumentação na notícia jornalística, constata que no relato em estilo direto, L1 se distancia do relato dos outros locutores evidenciados em sua fala, ou seja, na notícia jornalística o locutor responsável pelo enunciado como um todo não assimila ou não se compromete com o discurso de L2, L3 etc. Concernente ao relato em estilo indireto, Nascimento (ibidem), defende que, ao trazer a voz do outro de forma indireta, o locutor (L1) toma para si o discurso alheio, responsabilizando-se pela fala do outro, em maior ou menor intensidade.

A adoção destas perspectivas, relativizadas por Nascimento, na notícia jornalística, pressupõem que, quando o locutor traz a voz de outro para o seu discurso, observa-se uma questão de maior ou menor comprometimento, uma assimilação ou um distanciamento do dizer do outro. Cabe, portanto, observar que *assimilação* e *distanciamento* são termos que definem precisamente um e outro discurso – *assimilação* está para o discurso relatado em estilo indireto e *distanciamento* está para o discurso relatado em estilo direto. Nas palavras de Nascimento (2009, p. 27):

No estilo direto, o locutor responsável pelo discurso (L1) não se compromete com o discurso dos outros locutores introduzidos em seu discurso, uma vez que não assume a responsabilidade pelo relato dos outros locutores. No indireto, por sua vez, L1 se compromete com os relatos dos outros locutores, porque torna seu o discurso do outro, incorporando as palavras alheias e deixando de sinalizá-las (com aspas ou travessão) como tal. Logo, trata-se de uma questão de maior ou menor comprometimento, já que no estilo indireto há uma assimilação e, no direto, um distanciamento das palavras do outro.

Na visão de Nascimento (2009), no discurso direto, portanto, atribui-se a responsabilidade de uma parte da fala a outro locutor, pontuando, dessa forma, um maior distanciamento do ato de fala, enquanto que no discurso indireto a fala do outro é integrada à fala do eu, evidenciando, portanto, um menor distanciamento das palavras do outro.

Resumidamente, Ducrot (1987) restringe o fenômeno da polifonia de locutores somente na ocorrência do relato em estilo direto, pois no relato em estilo indireto, o locutor, responsável pelo discurso como um todo, é porta-voz da palavra alheia e, assim sendo, não há dupla enunciação. Nascimento (2009), em nosso ponto de vista, atravessa o postulado de Ducrot, visto deixar claro que em ambos os casos de relatos, as vozes do outro pertencem a um segundo locutor. Tais vozes, circunscritas direta (sinalizadas com aspas ou travessão) ou indiretamente (não sinalizadas) em um enunciado pertencem, de fato, a outro locutor (L2, L3, L4 etc.), explicitamente identificado no texto. Nesse sentido, não somente o relato em estilo direto é um fenômeno de polifonia de locutores, conforme afirma Ducrot (1987), mas também o relato em estilo indireto (Nascimento, 2009), já que neste último também é possível identificar um segundo locutor (L2) explicitamente identificado no texto e cuja voz é expressa por L1 que, naturalmente, pode assimilá-la como sua.

E, como forma de evidenciar que o locutor colocou em cena outra voz e que ocorreu, portanto, a mudança de locutores no texto, alguns recursos linguísticos são adotados na língua escrita. “As marcas mais comuns são *o travessão, as aspas, os dois pontos*, os verbos *dicendi* [...]” (NASCIMENTO, 2009, p. 24 – grifos do autor).

Em se tratando do uso das aspas, julgamos importante esclarecer que, de modo frequente, “as palavras entre aspas são marcadas como pertencentes a um discurso outro; por isso, o contorno que elas traçam no discurso é revelador daquilo que o discurso tem a demarcar como ‘outro’ em relação àquilo em que ele se constitui” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 118). Assim, pode-se entrever que as aspas permitem o locutor utilizar-se do discurso do outro de forma que, mesmo numa estreita relação com o discurso do locutor, esses discursos não podem ser colocados em condição de igualdade, ou seja, não ocorre uma relação uniforme entre ambos os discursos, pois as aspas se apresentam para lembrar ao leitor que o discurso não é de autoria do locutor – há um segundo locutor presente na enunciação.

3. Espaço das análises

Nesta seção, descrevemos o relato em estilo direto corroborando o relato em estilo indireto, fenômeno discursivo polifônico muito recorrente nas resenhas acadêmicas. Este gênero discursivo é uma ferramenta de interação verbal, através da qual um locutor resume, elogia, critica e avalia as mais diversas produções culturais ou acadêmicas.

Marcuschi (2008, p. 161) aborda os gêneros textuais como “atividades discursivas socialmente estabilizadas que se prestam aos mais variados tipos de controle social e até mesmo ao exercício de poder. Pode-se dizer que os gêneros textuais são nossa forma de inserção, ação e controle social no dia-a-dia”. A resenha acadêmica, nesse sentido, é um gênero discursivo resultante de um jogo de ideias que se fundem, ou podem até se repelir, por vezes. Trata-se de um lugar para o registro de identificação das ideias-chaves do texto resenhado, para reflexões, para novos discursos, para interações entre saberes; é um lugar onde se podem travar intensos diálogos e propor leituras diversas.

Assim, para construir uma resenha o seu autor penetra no discurso do outro e nele se instala, podendo, então, desmistificá-lo, chocar-se contra ele ou, simplesmente, assumi-lo, propondo ao leitor uma travessia por discursos sociais que se entrelaçam, que comungam da mesma ideia e mantêm relações de afinidades entre as interlocuções coercitivas.

O *corpus* desta pesquisa é composto de quatro resenhas, coletadas em duas edições do *Jornal de Resenhas*: edição número 1, março de 2009 e edição número 11, publicada em novembro de 2012. Das quatro resenhas selecionadas para este estudo, fizemos recortes de três delas, apenas.

Da edição número 1, foram coletadas as seguintes resenhas:

- **Resenha 1** – “Jogo aberto” (p. 4-5), texto de autoria de Milton Meira do Nascimento (Professor da Universidade de São Paulo) que resenha o livro “A retórica de Rousseau e outros ensaios”, obra de Bento Prado Jr.
- **Resenha 2** – “Rebelião das massas 2” (p. 11), de autoria de Francisco Rudiger (Professor da PUC-RS e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul) que resenha o livro de Lee Siegel, “Against the machine: how the web is reshaping culture and commerce”.

Da edição número 11, coletamos mais uma resenha:

- **Resenha 3** – “Jogo híbrido” (p. 5), escrita por Maria da Glória Bonelli (Professora da Universidade Federal de São Carlos) que resenha a obra “Virtude e limites: autonomia e atribuições do Ministério Público no Brasil” de autoria de Fábio Kershe.

Convém ressaltar que o Jornal de Resenhas, que tem circulação mensal, é um projeto de uma equipe de professores da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, tendo à frente o editor responsável Prof. Dr. Milton Meira do Nascimento. Muitos docentes de outras universidades do Brasil integram e participam das edições⁵.

Planeando maior objetividade, achamos conveniente categorizar os trechos analisados, a seguir, por enumerações sequencias (**Relato 1**, **Relato 2**, **Relato 3** etc.), informando, ainda, o número da resenha (**Resenha 1**, **Resenha 2**, **Resenha 3**, como citado) de onde se extraíram os recortes. Dessa forma, teremos as seguintes designações: **Relato 1/Resenha 1**; **Relato 2/Resenha 2**; **Relato 3/Resenha 2**, e assim por diante.

Em conformidade com a construção dos relatos, que são construídos pelo entrelaçamento das vozes de três locutores distintos, e intencionando melhor identificação dos discursos de cada locutor, deixamos em fonte de cor preta o discurso de L1; em fonte de cor verde o discurso de L2 (apresentado em relato em estilo indireto); e em fonte na cor azul o discurso de L2 (apresentado relato em estilo direto).

Atinente aos locutores, estabelecemos a seguinte categorização: L1 será aquele que é responsável pelo texto como um todo, podendo ser denominado de **L1** – Locutor Resenhista. Por sua vez, quando nos referirmos ao locutor responsável pelo relato em estilo indireto e relato em estilo direto, estaremos reportando-nos ao **L2** – Locutor da obra resenhada.

Nesse contexto, a partir de então, dedicar-nos-emos às análises dos fragmentos textuais das resenhas supracitadas.

Relato 1/Resenha 1

Bento Prado Jr. não se deixou levar pela corrente estruturalista e, no capítulo “Leitura de Rousseau”, que abre este livro, indica o fio condutor de sua leitura das obras do autor da *Nova Heloisa*. Polemiza com Althusser e mostra que **há em Rousseau uma teoria geral da retórica, que domina todos os gêneros literários e os organiza na continuidade de um campo homogêneo.** “A própria obra de Rousseau é comandada pelos princípios da retórica que ele propõe, e sua aparente excentricidade – falta de unidade ou de coerência – desaparece se a leitura é feita em torno de um eixo retórico. A unidade do pensamento de Rousseau pode ser mostrada no próprio movimento de seus escritos, ou seja, segundo a estratégia da persuasão ou segundo a ordem da argumentação.”

⁵ Atualmente, segundo o editor responsável, o Jornal de Resenhas se encontra desativado por falta de apoio financeiro.



No relato 1, o locutor da resenha (Milton Meira do Nascimento), responsável pelo discurso como um todo (doravante L1), coloca em cena o discurso de Bento Prado Jr., locutor da obra resenhada (doravante L2). Nesse entrelaçar de vozes, L1, a partir do relato em estilo indireto, constituído por sua voz (destacado em fonte preta) e pelo relato de L2 (destacado em fonte verde e introduzido pelo verbo dicendi “mostra”), pontua que a obra de Rousseau é marcada de uma retórica que se faz predominante em todos os gêneros literários. Logo em seguida, L1 apresenta, novamente, a voz de L2, desta vez em relato em estilo direto (identificado pelo uso das aspas e destaque da fonte na cor azul).

Como se pode observar, o discurso de L2, que está em estilo indireto é reafirmado em estilo direto, ou seja, o mesmo conteúdo se encontra expresso de duas formas: em relato indireto e em relato direto. Logo, o relato em estilo direto é uma voz que ratifica o relato em estilo indireto. Considera-se, assim, que a estratégia do locutor resenhista, em apresentar o relato em estilo direto corroborando o que está relatado em estilo indireto, constitui-se em uma forma de orientar o discurso, no sentido de gerar o efeito de confirmação do dito, imprimindo, portanto, maior credibilidade ao que foi relatado em estilo indireto.

Além disso, o locutor responsável pelo discurso (neste caso, o locutor-resenhista) deixa claro que o discurso relatado é de responsabilidade do locutor da obra resenhada (L2), já que, com o estilo direto ratificando o estilo indireto, como sugere Nascimento (2009), L1 atribui a responsabilidade do dito a um segundo locutor (o locutor da obra resenhada – L2). Esta estratégia trata-se, ainda, de uma forma de orientar o discurso, gerando o efeito de sentido de confirmação ou de prova do que está sendo dito em estilo indireto: “há em Rousseau uma teoria geral da retórica, que domina todos os gêneros literários e os organiza na continuidade de um campo homogêneo”.

Relato 2/Resenha 2

Para ele, a cibercultura consiste, antes de tudo, num estágio avançado da cultura de massas, cuja marca é a procura universal de popularidade estruturada segundo os padrões mercadológicos de conquista de audiência. Afinal, com ela, “a cultura pop se funde integralmente com a comercial. O encantamento da imaginação cede lugar à gratificação do ego. A transposição vicária do seu eu – que havia antes – dá lugar a você mesmo”.

O trecho acima é constituído de um entrelaçar de vozes que se distinguem: a voz de L1 (fonte preta), e o discurso de L2, apresentado em relato em estilo indireto (fonte verde) e em relato em estilo direto (fonte azul). L1, ao resenhar o livro de Lee Siegel, “Against the machine: how the web is reshaping culture and commerce”, evoca o ponto de vista segundo o qual a cibercultura representa consumo e mercado de vendas.

Caso interessante é que este ponto de vista, primeiramente, é apresentado em relato em estilo indireto, visto que o discurso do locutor da obra resenhada (L2) é citado de forma indireta, a partir do recurso linguístico introdutor de citação “para ele”. Conseqüentemente, para explicar e corroborar o relato de L2, L1 põe em cena, novamente, a voz de L2, desta vez em relato em estilo direto, identificado pelo uso das aspas (por nós demarcado na cor azul).

A partir dessa dinâmica de apresentação de vozes, em que o relato em estilo direto corrobora o relato em estilo indireto, o locutor resenhista imprime a ideia de que se trata de um discurso em que se pode confiar. O cruzamento de vozes constitui-se, portanto, em uma estratégia de orientar o discurso, no sentido de gerar o efeito de comprovação do dito, imprimindo maior credibilidade ao que foi relatado em estilo indireto: “a cibercultura consiste, antes de tudo, num estágio avançado da cultura de massas, cuja marca é a procura universal de popularidade estruturada segundo os padrões mercadológicos de conquista de audiência”.

Nota-se, ainda, que L1, ao trazer o relato de L2 de forma indireta e depois em relato em estilo direto, revela que a responsabilidade do discurso é de L2, pois é a voz deste que é afirmada e, por conseguinte, corroborada pelo próprio L2.

Relato 3/Resenha 2

A rebelião das massas contra a autoridade cultural das celebridades que se encontra na cibercultura, evidencia o autor, se baseia na mesma categoria com que estas celebridades se formam: a popularidade no mercado em que se tornou a comunicação. “Dirigindo o evangelho da popularidade está um apelo para cada um de nós substituir os ícones inflados da mídia pelo sentimento inflacionado de nós mesmos – tenhamos ou não o devido talento e disciplina para tal tarefa.”

O relato 3 é um texto estruturado e organizado, tendo em vista duas formas de relato: relato em estilo indireto (constituído pelo cruzamento da voz de L1 (destaque em fonte de cor preta) com a voz de L2 que está destacada em fonte de cor verde); e relato em estilo direto (constituído da voz de L2). Nesse trançar de vozes, intenciona-se a aceitação do relato em estilo indireto, introduzido pelo verbo dicendi “evidencia”. Tal discurso, apesar de ser relatado pelo locutor resenhista, responsável pelo discurso como um todo (L1), é de responsabilidade de L2.

L1 apresenta o discurso de L2, inicialmente em estilo indireto e, em seguida, coloca em cena, mais uma vez, o discurso de L2, de forma direta, com o objetivo de corroborar o dito indireto, segundo o qual as celebridades buscam a popularidade através das mídias que, também, se tornaram populares e, então, fica mais fácil a tarefa de inflacionar o ego de forma individual para obter atenção e se tornar uma pessoa célebre.

Resumidamente, temos o relato em estilo direto (voz de L2) ratificando o relato em estilo indireto (também discurso de L2). O efeito de sentido gerado, tendo em vista essa estratégia, é de confirmação que, por sua vez, gera credibilidade. Dessa forma, espera-se que o relato em estilo indireto seja prontamente admitido, pois se trata de um discurso comprovado e, portanto, em que se pode confiar.

Relato 4/Resenha 3

O argumento do autor é que a Constituição foi um marco para o Ministério Público e não o coroamento de uma estratégia das lideranças profissionais. Para ele: “O projeto de autonomia do Ministério Público foi bem-sucedido porque os próprios parlamentares constituintes, principalmente os mais à esquerda no espectro político, desejavam uma organização responsável pela fiscalização dos ocupantes de cargos públicos distante do jogo político-partidário. No entanto, quanto mais aumentava a importância dos grupos conservadores no processo decisório constituinte em razão das mudanças regimentais, menos autonomia relativa recebia o Ministério Público.”

O trecho acima (Relato 4) é um recorte da resenha intitulada “Jogo híbrido”, escrita por Maria da Glória Bonelli (Professora da Universidade Federal de São Carlos), que resenha a obra “Virtude e limites: autonomia e atribuições do Ministério Público no Brasil” do autor Fábio Kershe. Aqui, as vozes dos locutores se subordinam casualmente com o objetivo de que se faça tornar mais forte e argumentativo o relato em estilo indireto, de responsabilidade de L2, porém apresentado pelo locutor resenhista – L1. Este, indiretamente, coloca em cena o discurso do autor da obra resenhada (Fábio Kershe) que argumenta que a aprovação da Constituição foi muito relevante para o Ministério Público, porém, não se configurou como uma área estratégica das lideranças profissionais. Posteriormente a essa afirmação, L1 põe

em cena, novamente, o discurso de L2, em relato em estilo direto, expressando o mesmo conteúdo.

A apresentação do relato em estilo indireto e, em seguida, a apresentação do mesmo dito em relato em estilo direto manifesta-se como uma estratégia, utilizada por L1, que funciona como uma prova do que foi apresentado em estilo indireto. Esta estratégia, além de criar um efeito de comprovação, de corroboração, imprime a ideia de credibilidade.

Algumas considerações

Neste estudo, investigamos a ocorrência do discurso direto corroborando o discurso indireto. Trata-se de uma estratégia semântico-discursiva, bastante frequente no gênero resenha acadêmica, que gera, *a priori*, um efeito de comprovação, de reafirmação ou, ainda, de fortalecimento do relato em estilo indireto.

No gênero discursivo resenha acadêmica, é possível perceber que o locutor resenhista (L1), comumente, apresenta o discurso de L2 (locutor da obra resenhada) sob duas formas de relato, ou seja, o dito de L2, primeiramente, é apresentado em relato em estilo indireto e, em seguida, é apresentado também em forma de relato em estilo direto. Logo, o relato em estilo direto é uma voz que ratifica o relato em estilo indireto.

Essa estratégia do locutor resenhista, em apresentar o relato em estilo direto corroborando o que está relatado em estilo indireto, constitui-se em uma forma de orientar o discurso como um todo, no sentido de gerar maior credibilidade ao que foi relatado em estilo indireto.

Cabe ressaltar que o relato em estilo direto, após o relato em estilo indireto, frequentemente encerra um parágrafo da resenha. Isso pode, entre outras coisas, significar que a voz de L2, em relato direto, é uma forma de finalizar argumentativamente a tese apresentada em relato indireto. Dessa forma, o locutor resenhista imprime a ideia de que a última palavra – a voz do L2 –, quando encerra o parágrafo, encerram-se, também, as possíveis dúvidas em relação ao relato indireto. Logo, o relato em estilo direto é um recurso argumentativo, apresentado por L1, para corroborar e, assim, criar efeito de sentido que não se espera ser alvo de refutação ou inadmissão por parte do leitor. Tais efeitos, além de corroborar, fortalecer, provar ou justificar o relato indireto, imprimem a ideia de que este relato merece confiança e, dessa forma, pode, sem dúvida, ser admitido.

Todas as reflexões, aqui apresentadas, revelam-nos, que o relato em estilo direto corroborando o relato em estilo indireto é um fenômeno discursivo muito recorrente nas resenhas acadêmicas, que funciona como uma estratégia de o locutor fundamentar o discurso e, conseqüentemente, imprimir conclusões, principalmente se considerarmos que o estilo direto pode ser utilizado pelo locutor resenhista como um discurso investido de poder, seja porque dele se podem extrair conclusões imprescindíveis para o sentido dos enunciados, seja porque foi dito por alguém em quem, discursivamente, se credita confiança.

Por fim, julgamos oportuno remeter uma última observação, por sua vez, concernente ao relato em estilo indireto. Nesse tipo de relato não se evidencia uma transição de locutores através do uso das aspas, do travessão ou dos dois pontos, visto que, ao evocar outras vozes, o locutor assume (ou não) o conteúdo dessas vozes. Não há dúvidas de que, quando acontece a assimilação, as orientações conclusivas, presentes nas vozes evocadas, tornam mais fortes e convincentes os fins comunicativos do locutor. Cabe observar, também que, como exposto, se no relato em estilo indireto aparece o discurso do outro e, mesmo que este discurso seja assimilado ou não por L1, há um caso de polifonia de locutores, pois L2, de fato, tem seu discurso expresso e identificado, explicitamente, no texto.

Referências

- ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. **La argumentación en la lengua**. Versión española de Julia Sevilha e Marta Tordesillas. Madrid: Editora Gredos, 1994.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas**: as não coincidências do dizer. Campinas – SP: Editora da UNICAMP, 1998.
- BAKHTIN, Mikhail (Volochínov). **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006 [1ª edição 1979].
- _____. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Trad. (direta do russo), notas e prefácio de Paulo Bezerra. 5. ed. revista. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010 [2ª edição 1997].
- BONELLI, Maria da Glória. Jogo híbrido. In: **Jornal de resenhas**: discurso editorial. São Paulo, nov. 2012, n. 11, p. 5.
- CAREL, Marion. A polifonia linguística. In: **Letras de hoje**. Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 27-36, jan./mar. 2011. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/viewFile/9218/6368>. (Acesso em: 07-05-2014).
- DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Revisão técnica da tradução Eduardo Guimarães. Campinas - SP: Pontes, 1987.
- _____. **Polifonia y argumentación**: Conferencias del seminario Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso. Cali: Universidad del Valle, 1988.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. **Jogando com as vozes do outro**: argumentação na notícia jornalística. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.
- NASCIMENTO, Milton Meira do (Org.). **Jornal de resenhas**: abril de 2001 a novembro de 2002. São Paulo: Discurso Editorial, 2002, v. III.
- NASCIMENTO, Milton Meira do. Jogo aberto. In: **Jornal de resenhas**. São Paulo: Discurso Editorial, mar. 2009, n° 1, p. 4-5.
- PRIORE, M. L. M. A escravidão como norma. In: **Jornal de resenhas**. São Paulo: Discurso Editorial, nov. 2012, n° 11, p. 11.
- RUDIGER, Francisco. Rebelião das massas. In: **Jornal de resenhas**. São Paulo: Discurso Editorial, mar. 2009, n° 1, p. 11.